

Libras

A apropriação da linguagem é condição *sine qua non* para o desenvolvimento global de um sujeito; através dela, o homem estrutura seu pensamento, emite seus sentimentos, registra e apropria-se do conhecimento, comunica-se com os seus pares, mergulha na cultura. Vygotsky e Bakhtin (*apud* BRAIT, 1997, p. 320) concordam sobre a importância desse processo registrando o papel do outro nessa construção:

O outro é, portanto, imprescindível tanto para Bakhtin como para Vygotsky. Sem ele o homem não mergulha no mundo sógnico, não penetra na corrente da linguagem, não se desenvolve, não realiza aprendizagens, não ascende às funções psíquicas superiores, não forma a sua consciência, enfim, não se constitui como sujeito.

As relações sociais farão o papel constitutivo do sujeito, as quais serão permeadas pela linguagem. Souza (2000, p. 24) coloca que “é por meio da linguagem que a criança constrói a representação da realidade na qual está inserida”. Ao mesmo tempo, nessa relação com o outro, a criança transforma e é transformada por essa realidade.

Estrutura da língua



Creative Commons/Luisfi.

Ao nascer, a criança está imersa na língua materna de seu país, especialmente na rotina que ela estabelece com a mãe, nos momentos de troca, banho, alimentação, sono e carinho. Nessas ações, a mãe apresenta o mundo linguístico naturalmente ao bebê, de uma forma acolhedora, lúdica e afetuosa.

Salles (2004) coloca que a criança, ao ter contato com a língua materna, produz um resultado surpreendente, “pois não só aprende a língua, com

todas as sutilezas de sua articulação gramatical, semântica e pragmática, como o faz de forma completa (isto é, não existe conhecimento de língua materna pela metade ou parcial): qualquer pessoa normal sabe a língua de sua comunidade e a utiliza de forma natural.

A naturalidade desse processo não ocorre com o bebê surdo através da oralidade. A aquisição oral de uma língua para uma criança surda envolve dinâmicas complexas de conhecimento cognitivo, cultural, social, psíquico e linguístico.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), por sua característica visuo-espacial, expressa pelas mãos, face e corpo, constitui-se a modalidade de aprendizagem de uma língua ideal para o sujeito surdo; por meio dela, a comunidade surda realiza as suas relações sociais, emocionais, culturais e científicas, sobretudo porque a Libras possui todos os segmentos das línguas orais. “De fato, as características e os estágios da aquisição da língua de sinais por surdos podem ser comparados aos da aquisição da língua oral por ouvintes, o que aponta para resultados semelhantes na representação mental do conhecimento linguístico” (SALLES, 2004).

Código de ética¹

O profissional intérprete é responsável por intermediar processos interativos, conversacionais e discursivos de duas partes. Sob esse ofício, tem (baseado num princípio ético) a responsabilidade com a veracidade e fidelização das informações. Dessa forma, em 2001, criou-se o Código de Ética, caracterizando-o como um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação e dispõe:

CAPÍTULO 1: Princípios fundamentais

Art. 1.º São deveres fundamentais do intérprete: 1.º O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

Art. 2.º O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

Art. 3.º O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar os limites de sua função e não ir além da responsabilidade;

Art. 4.º O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

¹ Com base no documento *O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa* (BRASIL, 2004).

Art. 5.º O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

CAPÍTULO 2: Relações com o contratante do serviço

Art. 6.º O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis;

Art. 7.º Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela Feneis.

CAPÍTULO 3: Responsabilidade profissional

Art. 8.º O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor;

Art. 9.º O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa;

Art. 10 Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível e o intérprete, então terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade;

Art. 11 O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento;

Art. 12 O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares.

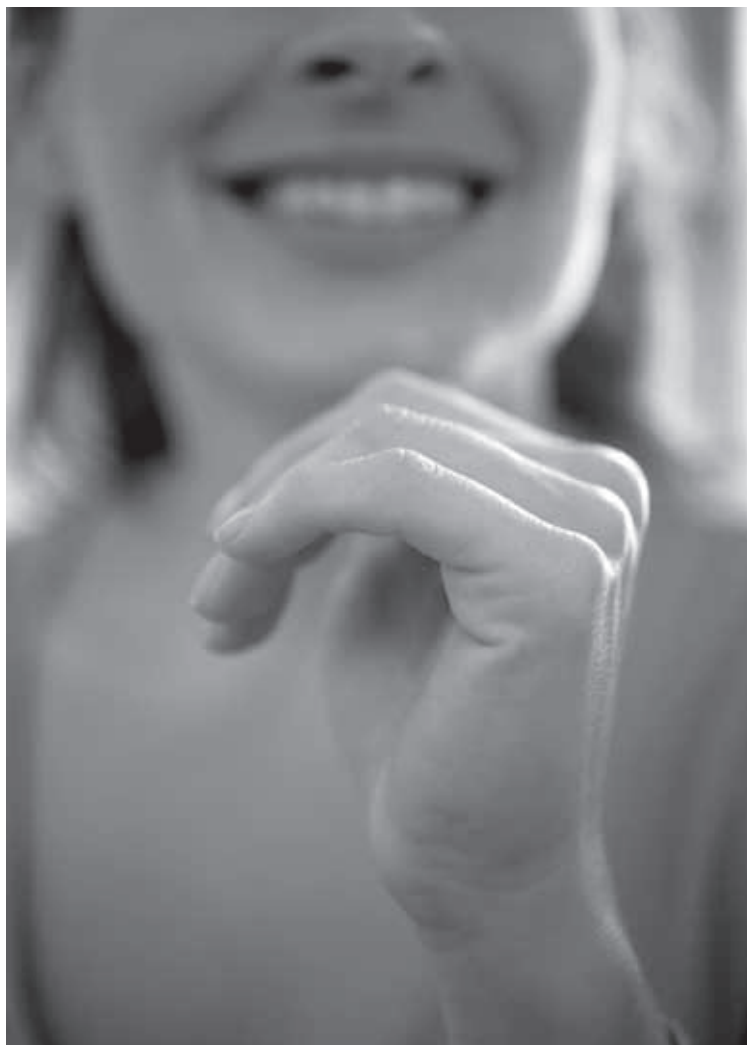
CAPÍTULO 4: Relações com os colegas

Art. 13 Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução.

Parágrafo único. O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) têm surgido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e a comunicação com o surdo.

Diante desse código de ética, serão apresentadas a seguir diferentes situações que podem ser exemplos do dia a dia do profissional intérprete. Tais situações exigem um posicionamento ético desse profissional. Sugere-se que, a partir desses contextos, cada intérprete reflita, converse com outros intérpretes e tome decisões em relação a seu posicionamento com base nos princípios éticos destacados no código de ética.

Profissional intérprete



De acordo com a Deliberação 2/2003 (BRASIL, 2003), da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o intérprete de Libras/Língua Portuguesa é o profissional com competência linguística que atua no contexto do ensino regular no qual há alunos surdos matriculados. Sua atuação é de mediador na comunicação entre surdos e ouvintes, nas diferentes situações de aprendizagem, como também nas interações sociais dentro do espaço escolar. O intérprete não substitui a figura do professor no processo de aprendizagem.

A história dos intérpretes começou a partir de atividades voluntárias de intermediação entre surdos e ouvintes. Com essa prática, nascia um novo ciclo, em que os surdos passaram a ter voz e atuação nas decisões sociais, necessitando para isso, de um maior número de intérpretes. Ao mesmo tempo, com o aumento de surdos no exercício da cidadania, cresceu também a demanda de intérpretes e tradutores de língua de sinais. Com essa prática, a língua de sinais passou a ser reconhecida e aceita como língua em muitos países, sendo de direito do surdo o acesso linguístico, o que seria contemplado por meio de um profissional intérprete de língua de sinais.

No Brasil, a presença de intérpretes de língua de sinais começou na década de 1980 em espaços religiosos. Nos anos de 1988 e 1992, consecutivamente, realizou-se o I e o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela Feneis. A partir desses e de outros eventos estaduais e nacionais, a profissão de intérprete e tradutor em língua de sinais passou a ser cada vez mais difundida dentro e fora do Brasil.

O ápice desse processo foi a determinação da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual coloca em seu artigo 1.º que é “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados”.

Um pouco antes do reconhecimento da lei supracitada, no ano de 2001, com o apoio da Federação Mundial de Surdos, foi realizado um *Encontro Internacional sobre a Formação de Intérpretes de Língua de Sinais na América Latina*. Nesse evento, ficou recomendado que os quatro países que até o momento dispõem de cursos de língua de sinais e de formação de intérpretes (Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai) apoiem os países que ainda não contam com esses cursos (Bolívia, Paraguai, Chile, Equador, Peru e Venezuela), além disso, ficou exposto que, respeitando a realidade e as necessidades de cada país, algumas questões sejam pensadas e na medida do possível colocadas em prática:

- que a comunidade surda seja consciente da importância de sua própria língua e da atuação dos intérpretes;
- que as organizações de pessoas surdas como associações e federações se fortaleçam por iniciativas próprias e por apoio de entidades governamentais, nacionais e internacionais;

- que todos os países reconheçam a língua de sinais e a língua oficial do país com um estudo sistemático de ambas as línguas;
- que todos os países reconheçam a profissão de intérprete, bem como a formação e titulação desta;
- que seja utilizada a língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua oficial do país como segunda língua (L2);
- que a comunidade de pessoas surdas assuma um papel protagonista nos processos de investigação, junto com os especialistas;
- que exista um trabalho conjunto entre intérpretes e pessoas surdas na formação de futuros intérpretes e de futuros formadores de intérpretes.

Texto complementar

Como estas 26 letras se aproximaram da comunidade surda?

(STROBEL¹, 2007. Adaptado.)

Ainda não sabemos com certeza absoluta a origem do primeiro alfabeto manual, também chamado de dactilológico, embora tenha sido praticado durante muitos séculos antes da Idade Média.

Há fragmentos de registros de que os antigos egípcios, judeus, gregos e romanos usavam os sinais com os dedos para simbolizar sons e que na Idade Média os monges beneditinos, na Itália, utilizavam essa prática para comunicar-se a fim de não violar o rígido voto de silêncio, porém não há nenhum documento que ilustre esses sinais.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade federal de Santa Catarina (UFSC).

Segundo Carmel (1982), o alfabeto manual foi inserido no meio surdo através do primeiro professor de surdos, o abade Pedro de Ponce Leon (1520-1584). No entanto, ele não publicou nada a respeito e o monge Franciscano Fray de Melchor Yebra (1526-1586) foi o primeiro a escrever um livro que descreve e ilustra um alfabeto manual da época, que foi publicado sete anos após a morte dele.

O Yebra usava alfabeto manual para finalidades religiosas ao promover entre o povo surdo a compreensão de matérias espirituais. É um dos documentos raros com ilustração de alfabeto manual da época.

[...]

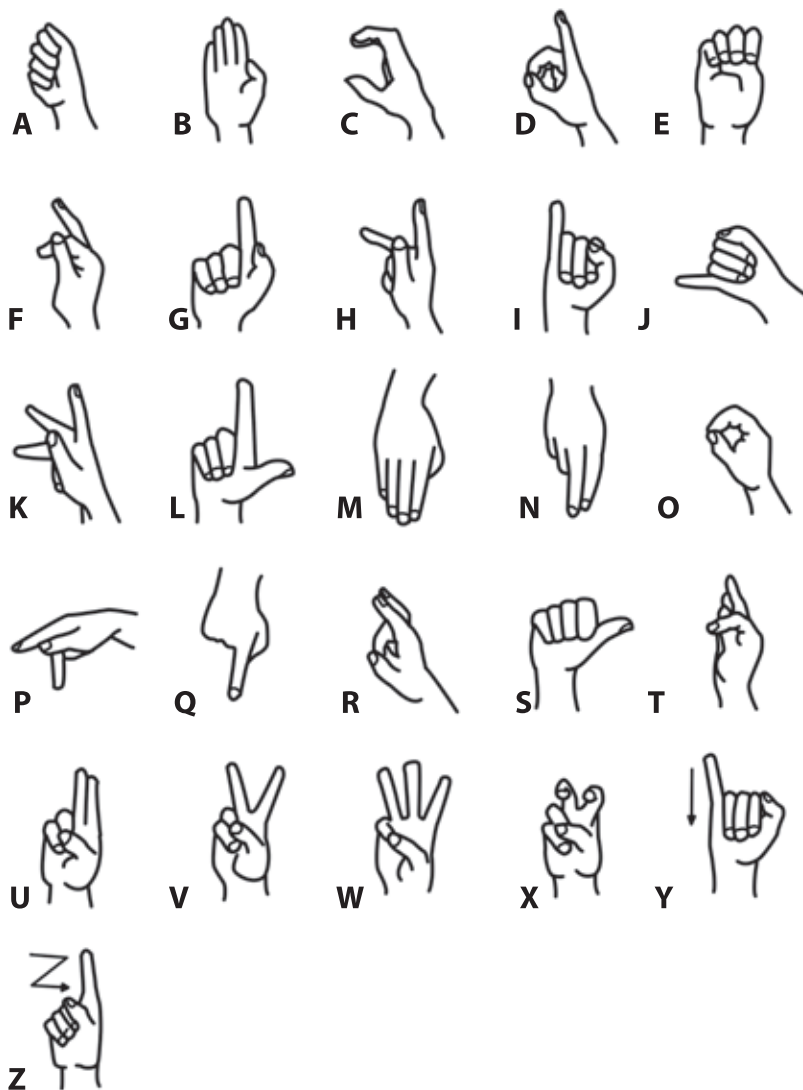
Anos mais tarde, em Madrid, Espanha, o Juan Pablo Bonnet (1579-1629) publicou o primeiro livro dedicado aos professores de surdos, que fala sobre o ensino precoce de alfabeto manual no ano de 1620.

O nome *dactilologia* foi inventado por Saboureaux de Fontenay, surdo, aluno de Rodrigues Pereire, um professor espanhol pioneiro no ensino de surdos na França em 1741.

A partir daí o alfabeto manual foi introduzido em vários países com modificações, de acordo com a ortografia linguística e cultura de cada país. Ninguém sabe exatamente quando foi introduzido o alfabeto manual na comunidade surda brasileira, mas se acredita que foi no ano de 1857, na época em que o professor surdo francês, Eduard Huet veio ao Rio de Janeiro para ajudar o imperador Dom Pedro II a fundar a primeira escola de surdos.

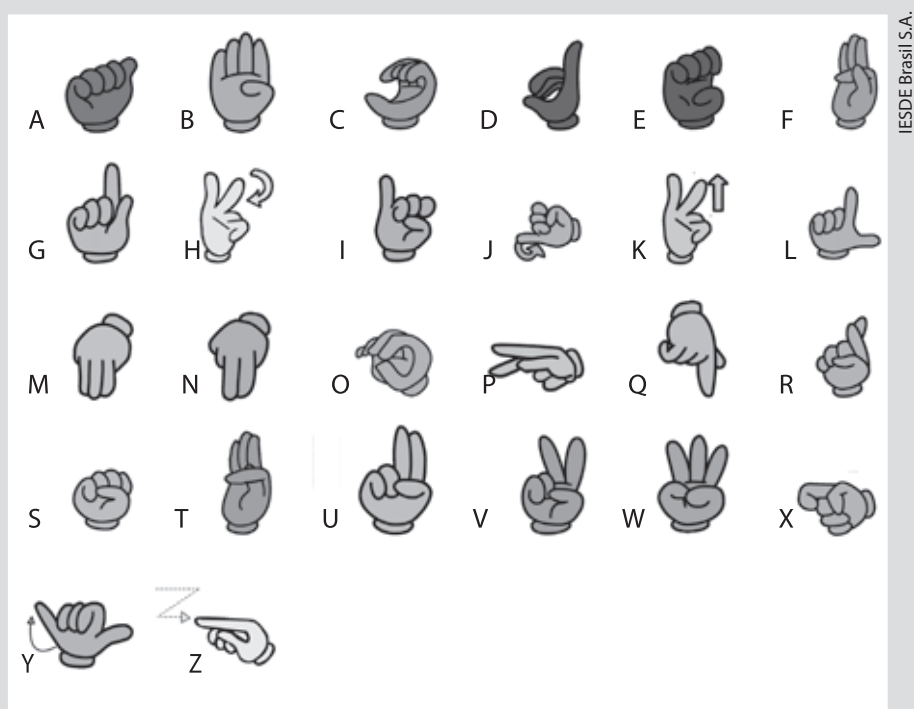
O alfabeto usado no Brasil é originado do alfabeto manual francês, se observarmos bem na figura a seguir, poderemos perceber muitas semelhanças entre eles.

Alfabeto Manual Francês



IESDE Brasil S.A.

A figura a seguir mostra o alfabeto manual brasileiro que foi publicado em 1875 por um ex-aluno surdo, Flausino José de Gama, no Rio de Janeiro. Hoje existem vários tipos de alfabetos manuais. São divulgados de forma colorida e bonita.



São usados em obras de arte, ilustram cartazes, agendas, calendários, camisetas, sacolas, pinturas de quadros, fontes de computadores, esculturas, chaveiros, sites de internet, e outros.

Como podemos perceber, com o passar do tempo os surdos tiveram a necessidade de registrar suas atuações do cotidiano, como as conquistas, a língua de sinais, rituais etc. Então, o alfabeto manual foi inserido e aceito e, assim, o surdo tem uma relação intercultural com o ouvinte, isto é, uma troca e uma aproximação harmoniosa entre ambas as culturas, respeitando e valorizando as diferenças de cada um.

Dicas de estudo

Acesse os endereços a seguir e conheça as leis que respaldam direta ou indiretamente a atuação do intérprete de língua de sinais. Bom estudo!

Lei 10.098/2000 (Lei da acessibilidade): <www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?pagina=1&idarea=17&idmodelo=2539>.

Lei 10.172/2001 (Lei do Plano Nacional de Educação): <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/6308.pdf>>.

Resolução MEC/CNE 2/2001 (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica): <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

Portaria 3.284/2003, que substituiu a Portaria 1.679/99 (acessibilidade à Educação Superior): <www.agils.org.br/telas.php?modulo=textos/textos.php&flag=5>.

Atividades

1. Como se dá o desenvolvimento da oralidade na criança surda?

2. O que significa ser intérprete de Libras?

3. Qual o papel da linguagem para o ser humano?

Gabarito

1. A aquisição oral de uma língua para uma criança surda envolve dinâmicas complexas de conhecimento cognitivo, cultural, social, psíquico e linguístico.
2. O profissional intérprete é responsável por intermediar processos interativos, conversacionais e discursivos de duas partes. Sob esse ofício, tem (baseado num princípio ético) a responsabilidade com a veracidade e fidelização das informações.
3. A apropriação da linguagem é condição *sine qua non* para o desenvolvimento global de um sujeito, através dela, o homem estrutura seu pensamento, emite seus sentimentos, registra e apropria-se do conhecimento, comunica-se com os seus pares, mergulha na cultura.

Referências

BRASIL. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. (Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos). Publicado em: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

BRITO, L. F. **Por uma Gramática da Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Departamento de Linguística e Filosofia-UFRJ, 1995.

CARMEL, Simon J. **International Hand Alphabet Charts**. Maryland: Studio Printing Incorporated Rockville, 1982.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda**: linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

PARANÁ. **Lei 12.095, de 11 mar. 1998**. Reconhece oficialmente, pelo Estado do Paraná, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente. Disponível em: <www.cascavel.pr.gov.br/appis/legislacao/le12095lei.htm>. Acesso em: 10 nov. 2010.

LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. (Org.). **Surdez**: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; Lima, M. C. (Orgs.). **Fonoaudiologia**: surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000.

LACERDA, M. C.; MANTELATTO, S. A. C. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos. *In*: **Surdez e Abordagem Bilíngue**. LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Orgs.). São Paulo: Plexus, 2000.

LIER DE VITTO, M. F. (Org.). **Fonoaudiologia**: no sentido da linguagem. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RADUTZKY, Elena. **Dizionario Bilíngue Elementare della Língua Italiana dei Segni**. Roma: Edizioni Kappa, 1992.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima *et al.* **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004. 2. v.: il. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SOUZA, S. J. **Infância e Linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. Campinas: Papirus. 5. ed. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 1994.

STROBEL, Karin L. **Feneis**, 23, ano VII, n. 31, jan./mar. 2007. Disponível em: <www.feneis.com.br/page/Revista_Feneis/RevFeneis31.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2010.

